

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**  
**2021**

**Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDESE**  
**Subsecretaria de Direitos Humanos**  
**Mesa de Diálogo**

**Dezembro de 2021**

## FICHA TÉCNICA

### **Governo do Estado de Minas Gerais**

Sr. Romeu Neto Zema

### **Secretária de Desenvolvimentos Social**

Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

### **Subsecretário de Direitos Humanos**

Sr. Duílio Silva Campos

### **Coordenadora da Mesa de Diálogo**

Sra. Maria Gabriela Araújo Diniz (interina) – Janeiro a Abril de 2021

Sra. Ariane Gontijo Lopes (interina) – Abril a Dezembro de 2021

### **Equipe Técnica de Mediadores**

Sr. Juliano D'Angelo de Barros

Sra. Maria Eunice Natalino

### **Equipe Técnica - Apoio Administrativo**

Sra. Marcela Menezes Costa

Sra. Laura Ribeiro (estagiária)

## **MESA DE DIÁLOGOS E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS, RURAIS OU URBANOS E SOCIOAMBIENTAIS.**

### **Apresentação**

A Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários – Mesa de Diálogo - espelha o compromisso governamental da continuidade de projetos, políticas públicas e programas que comprovadamente trazem benefícios à população mineira.

Em meio à pandemia de Covid-19 que se arrasta desde março de 2020, quando o Brasil, naquele momento, já vivenciava um período de recessão econômica com altos índices de desemprego e informalidade, observamos nos últimos dois anos milhares de brasileiros perderem total ou parcialmente suas rendas. Sobre o cenário geral do país, que se estende à Minas Gerais, Análise do Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro aponta:

*Diante do crescimento da inflação e do custo de vida, sem reservas para fazer frente a este período e sem acesso a medidas de proteção social, seja seguro desemprego, previdência ou uma política de renda mínima mais duradoura que o auxílio emergencial, muitas famílias estão indo morar nas ruas por não terem condições de pagar aluguel e arcar com os demais custos de suas moradias.*

Ainda sobre a questão habitacional no país, a pesquisadora Sharon Dias aponta que:

*Antes mesmo de sermos acometidos com a crise de saúde pública, a economia brasileira já vinha sendo fragilizada e o próprio salário-mínimo não vem sofrendo aumento real nos últimos anos. Junto a isso, programas habitacionais foram extintos, repasses de verbas federais para investimento em habitação foram diminuídos, e importantes marcos legais não têm sido cumpridos. Então, a pandemia do coronavírus aprofunda problemas urbanos e habitacionais já existentes.*

Nesse sentido, instituída pelo Decreto com Numeração Especial – NE nº 203 de 1º de julho de 2015, alçada à categoria de Mecanismo de Governança pela Lei nº 23.304 de 30 de maio de 2019, Capítulo II, Art. 6º, Inciso III, a Mesa de Diálogo configura-se como um importantíssimo instrumento de diálogo com a sociedade, enfrentamento de situações crise, no âmbito das competências estabelecidas no seu decreto de criação, sem se distanciar do respeito à promoção e proteção dos direitos humanos, à propriedade, conforme pode ser verificado mais adiante na apresentação e análise dos dados consolidados na mediação dos conflitos no ano de 2019 e 2020.

Os números apresentados à diante demonstram, para além da eficiência quantitativa, a importância qualitativa das ações da Mesa de Diálogo dada a sua relevância para minimização das vulnerabilidades sociais agravadas pela falta de moradia e terra para parte considerável da população mineira, em especial a população de baixa renda.

Consolidada como espaço plural e efetivo de mediação foi construída a múltiplas mãos envolvendo órgãos e instituições do poder judiciário, executivo, legislativo, da sociedade civil, entre outros, que ansiavam por uma instância de escuta e participação junto ao poder executivo. Está firmada, também, como importante espaço de promoção da cultura da paz, favorecendo o diálogo, oportunidade para apresentação de propostas para solução dos conflitos e autocomposição entre as partes.

A Mesa de Diálogo tem sido acionada por um conjunto significativo de atores sociais, governamentais e institucionais ao longo de sua existência. Entre eles está o próprio Poder Judiciário, incentivador e promotor de formas alternativas de solução de conflitos, conforme Resolução do Conselho Nacional de Justiça N. 125, de 29 de novembro de 2010 (CNJ), que considera,

*“que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implementados no país tem **reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.**”* (grifo nosso)

Nesse sentido, o Poder Judiciário tem participado efetivamente da Mesa de Diálogo por meio de seu representante, o Juiz Coordenador do CEJUSC-Social em Belo Horizonte, Minas Gerais. Vale lembrar a manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator Manoel dos Reis Moraes na audiência de assinatura do acordo que pôs fim ao conflito envolvendo a ocupação da Fazenda Passagem Larga, localizada no Município de Rio Pardo de Minas/MG, realizada no dia 08/08/2019, de que aquele acordo só foi possível *“visto que houve encontro na Mesa de Diálogo do Estado de Minas Gerais, inclusive com proposta por parte dos ocupantes.”* (Termo de Audiência em anexo).

Dessa forma, a mediação de conflito realizada pela Mesa de Diálogo tornou-se uma política pública de mediação de conflitos coletivos que têm buscado cada vez mais efetivar a defesa dos direitos humanos e principalmente a instalação da cultura da paz, com construções dialogadas para solução dos conflitos coletivos.

O funcionamento da Mesa de Diálogo no ano de 2021, tendo em vista a manutenção da pandemia de Covid-19, do cenário socioeconômico do estado e da própria administração pública estadual, deu continuidade às atividades e formatos assumidos em 2020, se mantendo em trabalho virtual (reuniões on line).

Acrescenta-se ao funcionamento da Mesa de Diálogo em 2021, a manutenção da composição da equipe de trabalho, contando com 02 (dois) técnicos para realização da Mediação dos conflitos e 01 (uma) Coordenadora – que é também a Diretora da Diretoria que abriga a Mesa, totalizando 03 (três) servidores. Ao longo do ano, porém, a equipe conseguiu o reforço ao trabalho com uma estagiária por um período total de 500h, e uma servidora cedida de outra política da SEDESE por cerca de 05 meses. Destaca-se que a composição da equipe da Mesa de Diálogo influencia diretamente a capacidade de gerenciar de forma adequada as informações relativas aos conflitos, a celeridade na mediação dos conflitos e a efetividade dos encaminhamentos relacionados a cada conflito.

Ainda, sobre o dia a dia do funcionamento da Mesa de Diálogo, destaca-se que, após o pedido direcionado à Mesa para tratativa do conflito em questão, cada reunião convocada e realizada demanda previamente a preparação e o planejamento por parte da equipe da Mesa de Diálogo. Para desenvolvimento deste trabalho, a equipe se reúne semanalmente, e, em alguns casos, mais de uma vez na mesma semana, além de realizar um diálogo interno cotidiano para a elaboração da agenda de reuniões, coleta de contatos, envio de convites, telefonemas, confirmação de presença, monitoramento dos encaminhamentos e outras ações. Em síntese, no acompanhamento dos conflitos a equipe realiza:

- a. Leitura e envio de resposta às demandas recebidas por e-mails institucionais;
- b. Resposta às demandas que chegam por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- c. Contatos para levantamento de informações sobre os casos (e-mails, telefones – particulares durante o regime de teletrabalho, redes sociais – whatsapp)
- d. Reuniões preparatórias, câmaras técnicas, plenárias;

- e. Elaboração de relatórios, notas técnicas, ofícios memorandos de informação;
- f. Contatos para monitoramento e acompanhamento do cumprimento dos encaminhamentos pactuados.

### **Acompanhamento dos conflitos no ano de 2021**

Para analisar o acompanhamento dos conflitos durante o ano de 2021, faz-se necessário retomar o Relatório de Execução 2019/2020 da Mesa de Diálogos, em especial no tocante ao contexto da pandemia do Coronavírus, tendo em vista que esse contexto se manteve, em maior ou menor gravidade, ao longo de todo o ano de 2021:

*Logo no primeiro trimestre do ano de 2020 o país se viu afetado pela circulação mundial do Coronavírus (COVID-19). Em 06 de fevereiro de 2020 o Governo Federal Brasileiro publica a Lei nº 13.978 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde – OMS reconheceu a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No dia seguinte, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou situação de emergência em saúde pública no Estado em razão do surto de doença respiratória, por meio do Decreto nº 113 de 12 de março de 2020. Em seguida, o Comitê Extraordinário COVID-19, instituído por meio do Decreto 47.886 de 15 de março de 2020, estabeleceu o Regime de teletrabalho para os servidores públicos estaduais.*

*Essa situação demandou da equipe técnica da Mesa de Diálogo uma série de adaptações para continuidade dos trabalhos da Mesa de Diálogo, uma vez que os conflitos continuaram a surgir. Não obstante publicação da Portaria Conjunta nº 952/PR/2020 que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais estabelecendo, entre outras orientações, a suspensão dos prazos processuais durante a vigência da situação de calamidade pública ressalvando, conforme Art. 15, a impossibilidade de cumprimento de mandados **em poder dos oficiais de justiça** “... quando verificarem a possibilidade de risco, seja pelo fato de se depararem com quadro supostamente sintomático do Coronavírus, seja por risco iminente a sua pessoa, justificando por meio de certidão no próprio mandado, eventual descumprimento ao juiz competente”, os comunicados e agendamentos de cumprimento de mandados de reintegrações de posse continuaram a ocorrer.*

*Com objetivo de sensibilização para gravidade da situação foram feitas gestões junto ao poder judiciário para suspensão do cumprimento dos mandados de reintegração de posse envolvendo conflitos fundiários urbanos e rurais e socioambientais, durante o período de vigência da pandemia, pelo Ministério Público Federal e Estadual, Defensoria Públicas Estadual e Federal, Casas Legislativas, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Comissões de Direitos Humanos no âmbito estadual e federal, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/Seção Minas Gerais, Mesa de Diálogo, entre outros, buscando a proteção à vida tanto dos ocupantes dos imóveis objeto das reintegrações quanto dos servidores públicos. Em alguns casos não foi possível. Alguns Magistrados sinalizaram com a possibilidade de responsabilização administrativa e criminal dos comandos policiais que não dessem cumprimento às decisões judiciais. Na maioria dos casos, o retorno foi bastante positivo e temos um número significativo de mandados judiciais aguardando melhores condições sanitárias e humanitárias para o devido cumprimento. Nesse ponto, fica o agradecimento a todos e todas que têm incansavelmente se dedicado a fazer com que a Lei seja cumprida, sem perder de vista o cuidado e a atenção aos direitos e às garantias fundamentais da pessoa humana em todos os seus aspectos.*

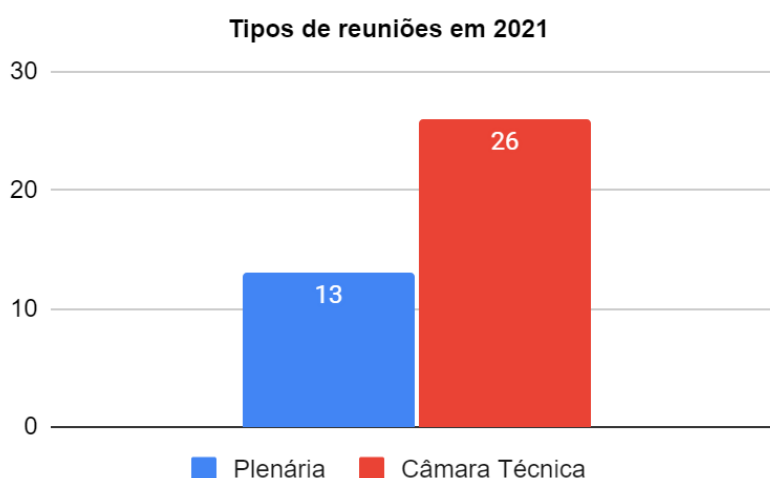
*Uma vez em regime de teletrabalho, a Mesa de Diálogo buscou formas de dar continuidade às suas atividades. A realização de reunião plenária em ambiente virtual, videoconferências, prejudicou consideravelmente a dinâmica, as discussões, a acolhida, entre outros requisitos básicos fundamentais ao bom andamento de um processo de mediação. (...) Foi implementado o sistema de Reuniões Preparatórias com as partes, com objetivo de escuta, compreensão da situação e da demanda, levantamento de informações que pudesse auxiliar no diálogo, levantamento de possíveis propostas para discussão e assim, tornar as reuniões plenárias mais objetivas e efetivas. Verificou-se a necessidade de realizar reuniões preparatórias com alguns parceiros na mediação dos conflitos, de acordo com cada caso. Inicialmente estão sendo realizadas reuniões com Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual (não incluídas no gráfico abaixo) com objetivo, também, de levantar possibilidades de mediação do conflito e otimização das reuniões plenárias. A avaliação é de que a proposta foi bem-sucedida e ideia é de que seja incorporada à dinâmica de atuação da Mesa de Diálogo.*

A partir do contexto apresentado acima, bem como das alternativas de atuação adotadas pela Mesa de Diálogo desde o início da pandemia e ao longo do ano de 2020, ressalta-se que as estratégias assumidas

foram mantidas ao longo do ano de 2021. Dentre as estratégias de atuação destacam-se a realização de reuniões plenárias e de câmara técnica em formato virtual, assim como a realização de reuniões preparatórias, reuniões de equipe e reuniões “Café da Mesa”, que tratam das reuniões com as instituições de justiça que compõem a Mesa de Diálogos. Ainda, é importante destacar que houve um processo significativo de aprendizado e aprimoramento institucional no que se refere à atuação durante a pandemia e à utilização de ferramentas virtuais de trabalho. Esse processo foi fundamental para o ganho em eficiência e efetividade das ações da Mesa de Diálogo no ano de 2021. Esse resultado é facilmente identificado nos números, tanto de reuniões, quanto de encaminhamentos e de conflitos acompanhados ao longo do ano.

### Reuniões realizadas

No ano de 2021 foram realizadas um total de 39 reuniões entre plenárias e câmaras técnicas, quatro a mais do que no ano anterior, envolvendo 20 conflitos.



Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Conflitos da Mesa de Diálogo. Elaboração própria. 2022

Na tabela abaixo, a relação de reuniões plenárias e de câmara técnica realizadas em 2021.

Caso	Tipo de Reunião	Município	Data
Ocupação Bairro Ribeiro de Abreu	Plenária	Belo Horizonte	14/12/2021
Ocupação Cidade de Deus	Plenária	Sete Lagoas	19/11/2021
Ocupação Cidade de Deus	Plenária	Sete Lagoas	05/11/2021
Associação Comunitária Vera Maria Mendes	Plenária	Sabará	14/10/2021
Comunidade Quilombola Cabaceiras	Plenária	Itacarambi	07/10/2021
Ocupação Irmã Dorothy	Plenária	Salto da Divisa	06/10/2021
Comunidade Maxakali	Câmara Técnica	Teófilo Otoni	04/10/2021
Acampamento Arco-Íris	Plenária	Gurinhatã	30/09/2021
Ocupação Cidade de Deus	Câmara Técnica	Sete Lagoas	22/09/2021
Ocupação Casa Verde	Plenária	Belo Horizonte	16/09/2021

Ocupação Carolina Maria de Jesus	Câmara Técnica	Belo Horizonte	14/09/2021
Ocupação Cidade de Deus	Câmara Técnica	Sete Lagoas	25/08/2021
Ocupação Santa Fé, Fazenda dos Francelinos e Brejo - Morro dos Cavalos -	Câmara Técnica	Juatuba	06/08/2021
Ocupação Carolina Maria de Jesus	Câmara Técnica	Belo Horizonte	03/08/2021
Comunidade Maxakali	Câmara Técnica	Ladainha	30/07/2021
Ocupação Carolina Maria de Jesus	Plenária	Belo Horizonte	29/07/2021
Ocupação Cidade de Deus	Câmara Técnica	Sete Lagoas	27/07/2021
Ocupação da Rua Angico / Rua Gameleira; Ocupação do Bairro Recanto Verde; Ocupação Vitória ; Ocupação Bairro Macuco; Ocupação a Rua Canela; Ocupação Bairro do Limoeiro	Câmara Técnica	Timóteo	23/07/2021
Comunidade Maxakali	Câmara Técnica	Ladainha	23/07/2021
Ocupação da Rua Angico / Rua Gameleira; Ocupação do Bairro Recanto Verde; Ocupação Vitória ; Ocupação Bairro Macuco; Ocupação a Rua Canela; Ocupação Bairro do Limoeiro	Plenária	Timóteo	16/07/2021
Ocupação Anyki Lima	Câmara Técnica	Belo Horizonte	14/07/2021
Ocupação Santa Fé, Fazenda dos Francelinos e Brejo - Morro dos Cavalos -	Câmara Técnica	Juatuba	09/07/2021
Ocupação Irmã Fortunata	Câmara Técnica	Belo Horizonte	08/07/2021
Ocupação Cidade de Deus	Câmara Técnica	Sete Lagoas	02/07/2021
Comunidade Maxakali	Câmara Técnica	Ladainha	17/06/2021
Ocupação Santa Fé, Fazenda dos Francelinos e Brejo - Morro dos Cavalos -	Câmara Técnica	Juatuba	02/06/2021
Ocupação Cidade de Deus	Plenária	Sete Lagoas	26/05/2021
Ocupação Cidade de Deus	Câmara Técnica	Sete Lagoas	20/05/2021
Ocupação Irmã Fortunata	Câmara Técnica	Belo Horizonte	17/05/2021
Ocupação Irmã Fortunata	Câmara Técnica	Belo Horizonte	06/05/2021
Ocupação Barreirinhos	Câmara Técnica	Belo Horizonte	05/05/2021
Ocupação Jonas Vidigal	Câmara Técnica	Belo Horizonte	13/04/2021
Ocupação Jonas Vidigal	Câmara Técnica	Belo Horizonte	23/03/2021
Comunidade Ciganos Calón	Plenária	Juiz de Fora	18/03/2021
Acampamento Poço da Vovó	Câmara Técnica	Jaíba	18/03/2021
Ocupação Vitória	Câmara Técnica	Diamantina	11/03/2021
Fazenda da Prata	Câmara Técnica	Pirapora	09/03/2021
Ocupação Vitória	Plenária	Diamantina	11/02/2021

Ocupação Irmã Fortunata	Câmara Técnica	Belo Horizonte	03/02/2021
-------------------------	----------------	----------------	------------

Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Conflitos da Mesa de Diálogo. Elaboração própria. 2022

### Encaminhamentos das reuniões de Câmara Técnica e Plenário da Mesa de Diálogo

A partir das reuniões realizadas são pactuadas uma série de ações com objetivo de auxiliar no processo de mediação do conflito, que não se dá em uma única etapa. A mediação é um processo que requer um conjunto de ações identificadas de acordo com o caso em discussão. Os encaminhamentos são pactuados de forma voluntária entre todos os presentes à Mesa, com indicação de prazo e responsável, cabendo à equipe técnica da Mesa a responsabilidade pelo monitoramento das ações.

Em 2021 foram acordados um total de 145 (cento e quarenta e cinco) encaminhamentos no decorrer das 39 reuniões realizadas no ano. Conforme pode ser verificado no quadro abaixo, desses encaminhamentos a equipe conseguiu monitorar 131 (cento e trinta e um). O monitoramento consiste na gestão junto aos respectivos responsáveis para o cumprimento dos compromissos assumidos. Nesse sentido, dos monitorados, 84 (oitenta e quatro) encaminhamentos foram cumpridos, 22 (vinte e dois) não foram cumpridos e 09 (nove) foram considerados “Sem Efeito” por uma série de motivos, como perderam a efetividade ou o contexto; ainda, 16 (dezesesseis) foram monitorados mas não há informação se foram cumpridos ou não.

#### Encaminhamentos de Reuniões de Câmara Técnica e Plenário da Mesa de Diálogo em 2021

Nº de Encaminhamentos	ENCAMINHAMENTOS MONITORADOS				ENCAMINHAMENTOS NÃO MONITORADOS
145	131				14
	CUMPRIDO	NÃO CUMPRIDO	SEM EFEITO	SEM INFORMAÇÕES	
	84	22	9	16	

Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Conflitos da Mesa de Diálogo. Elaboração própria. 2022

Ressalta-se que, devido à celeridade na alteração do contexto de cada conflito, muitos encaminhamentos acordados em uma reunião, de fato, perdem o sentido após a alteração de alguma variável. Por isso, muitos podem ser considerados sem efeito ou mesmo podem, deliberadamente, não serem cumpridos. Importante ressaltar, ainda, que embora muitos encaminhamentos sejam monitorados e a partir deste monitoramento a mediação contribua para a resolução pacífica dos conflitos, o registro e a gestão das informações relativas a toda e cada ação realizada pela equipe da Mesa ficam prejudicados pela restrição imposta pelo tamanho reduzido da equipe.

### Características dos conflitos acompanhados

Dentre os conflitos trabalhados na Mesa de Diálogo em 2021, apresentaremos a seguir informações relevantes que apontam um panorama de suas características principais, como o tipo de conflito, contingente populacional envolvido nos conflitos e a distribuição dos conflitos nos municípios mineiros.

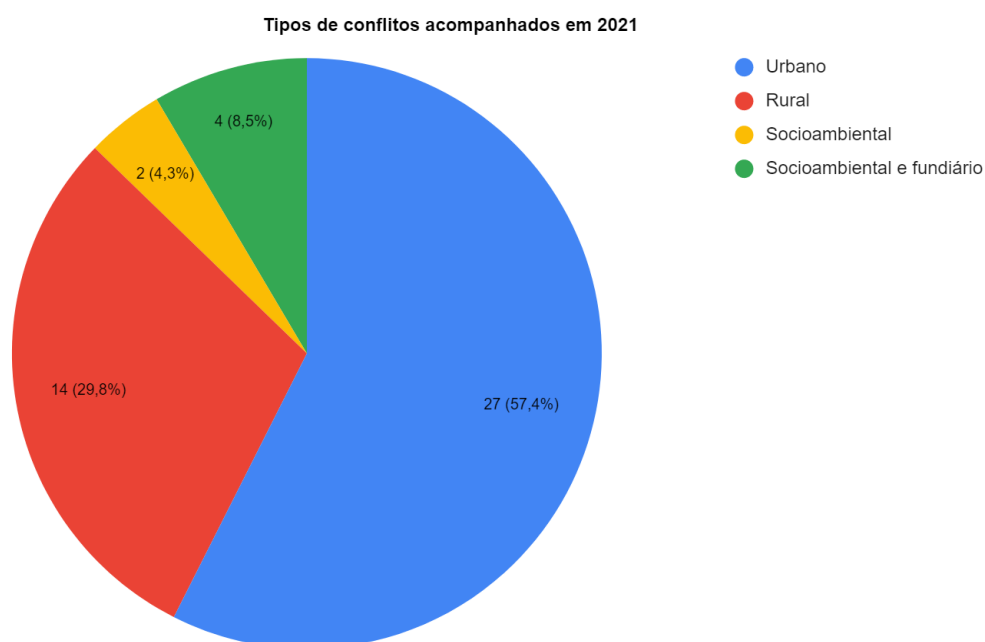
#### Tipos de conflitos

Os conflitos estão classificados como **funditário rural** envolvendo demanda por terra por parte de famílias de agricultores, basicamente no interior do estado, movimentos sociais organizados ou espontâneos (sem denominação específica organizado para aquela ação específica); **socioambientais**

envolvendo Povos e Comunidades Tracionais (PCTs) relacionados, na maioria das vezes, com demandas por reconhecimento dos seus territórios tradicionais em disputas com fazendeiros locais, grandes empreendimentos, defesa do modo de vida e preservação ambiental; **fundiário urbano** envolvendo demandas por moradia nos centros urbanos em todo o estado. Em 2021 estiveram no radar da Mesa de Diálogo um total de 47 (quarenta e sete) conflitos, sendo que um deles foi encerrado no decorrer do ano.

Desse total, conforme Gráfico - Conflitos da Mesa abaixo, mais da metade são conflitos urbanos (57,4%). Os conflitos fundiários rurais representam quase 30% dos conflitos mediados pela Mesa de Diálogo no período. Nesse ponto considera-se importante fazer uma distinção, somente para fins de compreensão das particularidades que envolvem as demandas socioambientais vinculada aos Povos Comunidades Tradicionais – PCTs. Do total de conflitos pautados envolvendo esse grupo social, a maior parte envolve questões.

### Gráfico - Conflitos da Mesa



Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Conflitos da Mesa de Diálogo. Elaboração própria. 2022.

### Contingente populacional envolvido nos conflitos

Cada conflito envolve parcelas da população sem casa e sem terra do Estado, proprietários de imóveis urbanos e proprietários de imóveis rurais em sua maioria com grandes dívidas tributárias. De acordo com o relatório **Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural** (que teve como fonte de dados a Fazenda Nacional, o Sistema Nacional de Cadastro Rural) 4.013 (quatro mil e treze) proprietários possuem dívida acima de R\$ 50 milhões cada, sendo que 729 (setecentos e vinte e nove) deles declaram possuir 4.057 (quatro mil e cinquenta e sete) imóveis rurais. Na busca de soluções de apoio ao agronegócio o governo federal tem procurado reduzir a carga tributária concedendo isenções e outros mecanismos como a Lei Kandir que isenta produtores do pagamento de ICMS, Lei 10.925 de 23 de julho de 2001 que zera o pagamento de alíquotas nas contribuições do PIS e Confins, em determinados casos, e Lei 12.865 que reduz a cobrança do mesmo imposto em outras situações. O mesmo relatório, com base em dados produzidos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI informa, ainda, que das 20 (vinte) maiores economias mundiais o Brasil teve a quinta menor carga tributária mensal em 2014/2015, realidade que caberia aprofundamento, mas, não é o objetivo deste relatório.

Na outra ponta o referido relatório informa, com base em dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, que de acordo com levantamentos realizados em 2015, existem 120 mil famílias acampadas demandando assentamento, espaço de produção para consumo próprio, alavancar economias locais, melhoria da qualidade de vida e autonomia. De acordo com a Fundação João Pinheiro, em 2015 o déficit habitacional estimado corresponde a 6,355 milhões de domicílios. Desse total, 87% estão localizados nos centros urbanos e 783 mil unidades em áreas rurais. De acordo com o estudo da FJP, Minas Gerais ocupa o segundo lugar com um déficit habitacional de 575 mil unidades em 2015. Para se ter um ideia da dimensão do que representam esses dados importante apresentar o conceito de déficit habitacional adotado pela FJP para produção dos seus dados:

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio familiar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais.

A classe social que integra esses dados compõem, ainda, um contingente de 23,3 milhões de brasileiros que entraram para a condição de vulnerabilidade no ano de 2017, conforme matéria publicada pelo Jornal Correio Braziliense publicada em 03/02/2019. Como vulnerabilidade estudos para criação do Índice de Vulnerabilidade Social –(IVS) tendo como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Economia Aplicada – IPEA, entende que:

*(...) as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos, frente aos quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir, e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar. Esse conceito dialoga com um dos trabalhos produzidos no âmbito do Banco Mundial por Moser (1998), que busca compreender as dinâmicas da pobreza em sociedades periféricas, sugerindo que a condição de vulnerabilidade de indivíduos e famílias deriva de sua privação de “ativos” materiais e simbólicos (emprego, moradia, capital humano, capital social, entre outros), e de sua incapacidade para manejar adequadamente os ativos que possuem, em especial diante de situações de risco (Costa e Marguti, 2015b).*

A Mesa de Diálogo reflete essa realidade no grande número de conflitos fundiários, urbanos e rurais, e no número de famílias envolvidas. Ela é, também, grande oportunidade de diálogo entre essas duas realidades, sinteticamente tratadas aqui, lembrando que a Mesa de Diálogo trata do pico da crise, quando os conflitos afloram, lançando mão de todos os esforços possíveis para construção conjunta de soluções de pacificação. Mecanismos com a Lei 13.259/2016, que permite a utilização da ação de imóvel para quitação de dívidas com a União e o crédito fundiário têm sido debatidos pela Mesa com potencial promissor. Mas é importante ressaltar que diante da situação de vulnerabilidade das famílias a reforma agrária é a que melhor atende às necessidades.

### **Conflitos em Acompanhamento**

Nos conflitos em acompanhamento, ou seja, em processo de negociação estão envolvidas cerca de 4.702 famílias. Esse número não é exato pois, a depender da característica do conflito, não existe uma estimativa oficial, ou esse número varia ao longo do tempo, bem como em alguns contextos existem dificuldades de acompanhamento contínuo e próximo por parte dos órgãos de assistência social na contabilização das famílias.

	<b>Conflito</b>	<b>Cidade</b>	<b>Tipo de Conflito</b>	<b>Nº de Famílias</b>
1	Ocupação Anita Gomes	Belo Horizonte	Fundiário Urbano	18
2	Ocupação Vila Nova	Belo Horizonte - Olhos D'água	Fundiário Urbano	25
3	Ocupação Rua Planalto Meridional - Bairro Seringueiras	Uberlândia	Fundiário Urbano	S/I
4	Quilombo Lapinha	Matias Cardoso	Socioambiental e Fundiário	57
5	Vila Nova Esperança, Nova Contagem, Vila Feliz, Vila Recreio	Contagem	Fundiário urbano	400
6	Ocupação Santa Fé - Fazenda Francelinos e Brejo Morro dos Cavalos	Juatuba	Fundiário Urbano	200
7	Ocupação da Fazenda Arapuim e Comunidade Quilombola e Vazanteira e sem terra	Pedras de Maria da Cruz / Januária	Fundiário Rural	250
8	Acampamento Sol Nascente - Poço da Vovó	Jaíba	Fundiário Rural	28
9	Comunidades Quilombolas Biquinha e Agua Limpa	Virgem da Lapa	Socioambiental e fundiário	30
10	Ocupação Princesa do Vale - Fazenda Granja São Francisco	Almenara	Fundiário Rural	210
11	Ocupação da Fazenda Cachimbeiro	Santa Luzia	Fundiário Urbano	300
12	Ocupação da Rua Angico / Rua Gameleira; Ocupação do Bairro Recanto Verde; Ocupação Vitória ; Ocupação Bairro Macuco; Ocupação a Rua Canela; Ocupação Bairro do Limoeiro	Timóteo	Fundiário Urbano	750
13	Comunidade Cigana Calon - Bairro Igrejinha	Juiz de Fora	Fundiário Urbano	47
14	Ocupação Estrela Brilhante - Fazenda Buriti do Campo Santo	Montes Claros	Fundiário Rural	80
15	Ocupação Bairro Água Limpa	Itabirito	Fundiário Urbano	15
16	Ocupação Cidade de Deus	Sete Lagoas	Fundiário Urbano	100
17	Ocupação da Comunidade Indígena Tuxá - Fazenda Santo Antônio	Buritizeiro	Socioambiental e Fundiário	22
18	Ocupação da Fazenda da Prata	Pirapora	Fundiário Rural	160
19	Ocupação da Fazenda São Cristóvão	Formoso	Fundiário Rural	42
20	Ocupação Irmã Fortunata	Belo Horizonte	Fundiário Urbano	12
21	Ocupação Vitória (Bairro Cazuza)	Diamantina	Fundiário Urbano	130
22	Comunidade Quilombola de Cabaceira	Itacarambi	Socioambiental e Fundiário	30
23	Comunidade Tradicional de Vale das Cancelas	Grão Mogol	Socioambiental	80
24	Ocupação Jonas Vidigal - população em situação de rua	Belo Horizonte	Urbano	S/I
25	Comunidade Maxacali	Teófilo Otoni	Rural	100
26	Ocupação Vila Nova	Belo Horizonte - Jaqueline	Urbano	200
27	Ocupação Anyky Lima (Rua Santa Catarina 435) - população em situação de rua	Belo Horizonte - Lourdes	Urbano	S/I
28	Ocupação Rua Santa Catarina 450 - população em situação de rua	Belo Horizonte - Lourdes	Urbano	S/I
29	Ocupação Rua Padre Eustáquio - população em situação de rua	Belo Horizonte	Urbano	2
30	Quilombo Baú	Araçuaí	Urbano	273
31	Ocupação Barreirinhos	Ibirité	Urbano	51
32	Ocupação Antonieta de Barros	Belo Horizonte	Urbano	20
33	Ocupação Dom Moacyr Grechi (Rua São Paulo, 1480) - população em situação de rua	Belo Horizonte	Urbano	S/I
34	Acampamento Córrego do Tatu	Santa Vitória	Rural	7
35	Comunidade de Buriti do Paiol	Paracatu	Rural	106
36	Ocupação Indígena Aldeia Kamakã Grayra	Esmeraldas - Fazenda Fucam	Urbano	22
37	Ocupação Arco Íris	Gurinhata	Rural	28

38	Ocupação Dom Tomáz Balduino	Ribeirão das Neves	Urbano	300
39	Ocupação da Fazenda Cantagalo	Nova Serrana	Rural	S/I
40	Acampamento Terra Firme	Uberlândia	Rural	S/I
41	Ocupação Carolina Maria de Jesus	Belo Horizonte	Urbano	200
42	Ocupação Irmã Dorathy	Salto da Divisa	Urbano	160
43	Ocupação Bairro Village do Lago - Comunidade do Distrito de Amarantina	Montes Claros	Urbano	S/I
44	Ocupação no Município de Sabará - terreno da COHAB	Sabará	Urbano	150
45	Ocupação da Fazenda dos Costas	Divinópolis	Rural	26
46	Ocupação da Fazenda Boa Vista	Campina Verde	Rural	71
<b>Total de Famílias</b>				<b>4.702</b>

Fonte: Planilha de Acompanhamento de Conflitos Mesa de Diálogo. Elaboração própria.

### Distribuição dos conflitos em acompanhamento pela Mesa de Diálogo em 2021, por município

<b>Distribuição por Município (37 municípios)</b>			
<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>		
Almenara	1	Montes Claros	2
Araçuaí	1	Nova Serrana	1
Barbacena	1	Ouro Preto	1
Belo Horizonte	11	Paracatu	1
Buritizeiro	1	Pedras de Maria da Cruz	1
Campina Verde	1	Pirapora	1
Contagem	1	Ribeirão das Neves	1
Diamantina	1	Sabará	1
Divinópolis	1	Salto da Divisa	1
Esmeraldas	1	Santa Luzia	1
Formoso	1	Santa Vitória	1
Grão Mogol	1	São João das Missões	1
Gurinhatã	1	Sete Lagoas	1
Ibirité	1	Teófilo Otoni	1
Itabirito	1	Timóteo	1
Itacarambi	1	Uberlândia	2
Jaíba	1	Virgem da Lapa	1
Juatuba	1	TOTAL	49
Juiz de Fora	1		
Matias Cardoso	1		

Fonte: Planilha de Acompanhamento dos Conflitos da Mesa de Diálogo. Elaboração própria. 2022.

## Pontos de Atenção

### 1º) Quantidade de mandados de reintegração de posse por cumprir.

A maioria está suspensa tendo em vista a situação de calamidade pública. Findado o motivo da suspensão, vamos precisar de tempo para, quando não houver qualquer tipo de acordo após as tentativas de mediação para:

- coordenação das ações tendo em vista exigência de comunicação e providências da Mesa de Diálogo – Art. 7º Decreto 203/2015;
- cadastramento de todas as famílias afetadas pelo cumprimento do mandado;
- providências para acolhimento em programas sociais locais de todas as famílias que por ventura não tenham para onde ir;

**Proposta a ser trabalhada:** realização de reunião com órgãos e instituições diretamente envolvidos para alinhamento de informações e atuação.

### 2º) O número de pedidos de pauta na Mesa de Diálogo.

Da relação de pedidos de pauta na Mesa de Diálogo encaminhado à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, à Comissão Pastoral da Terra e compartilhada com a Terceira-Vice Presidência do Tribunal de Justiça, ainda em 2019 foram atendidos 06 (seis) pedidos. Conforme pode ser verificado na tabela abaixo. ATENDIDO

Pedidos de Pauta na Mesa de Diálogo				
Tipo de Conflito	Nome da ocupação/conflito	Localidade	Decisão de Reintegração de Posse	SITUAÇÃO
Fundiário Urbano	Ocupação Candeeiro	Belo Horizonte	. SIM	
Fundiário Rural	Acampamento da Fazenda Belgominas/Ferroligas	Jequitaiá	SIM	
Fundiário Urbano	Lotes da Quadra 59, Rua Flor de Pau - Bairro Jardim Alvorada	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário Urbano	Rua Planalto Meridional - Bairro Seringueira	Uberlândia	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação Vila Nova - Bairro Jaqueline	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário e Socioambiental	Conflito envolvendo Comunidades tradicionais geraizeiras atingidas pelo Parque Estadual de Grão Mogol - Bosque, Bosquinho, Santa Rita, Cornélio, Tingui, Bocaina	Grão Mogol	NÃO	
Fundiário Urbano	Ocupação Bairro Darcy Ribeiro	Contagem	Sim	
Fundiário e Socioambiental	Ocupação Guarani Kaiowá	Contagem	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação Monte Sinai e Jardim Vitória	Betim	Sim	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Alegria - Acampamento Terra Prometida	Felisburgo	Sim	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Rodeador Arapuim	Pedras de Maria da Cruz	Sim	ATENDIDO

Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Granja São Francisco	Almenara	Sim	
Fundiário	Ocupação Conjunto Icaivera	Betim	Sim	
Fundiário Rural	Fazenda Capão do Lizário- Comunidades quilombolas- Biquinha, Água Limpa, Campinhos, Capim Puba, Malhada Branca, Veredas, Cafundó, União dos Rosários Almas, Onça, Curral Novo e Alto São José	Virgem da Lapa	Não	ATENDIDO
Fundiário Imaterial	Acervo da escritora Maria Carolina de Jesus	Sacramento	NÃO	
Fundiário Urbano	Ocupação em área de servidão da CEMIG	Contagem	Sem informações	
Fundiário Rural	Acampamento Lua Nova e Altamira	Jordânia	Sim	
Fundiário Rural	Acampamento da Fazenda Varginha Propriedade da FUCAM	Buritizeiro	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação do CRAS, Bairro Bom Destino	Santa Luzia	NÃO	
Fundiário Rural	Comunidade Tradicional Geraizeira do Sobrado	Rio Pardo de Minas	Sem informações	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda da FUCAM em Esmeraldas/MG	Esmeraldas	Sim	
Fundiário Rural	Ocupação da Fazenda Buriti do Campo Santo	Montes Claros	Sim	ATENDIDO
Fundiário Urbano	Ocupação Estrela Brilhante			
Fundiário Urbano	Ocupação de Ciganos da etnia Calon	Barbacena	NÃO	
Fundiário Urbano	Ocupação Cidade de Deus	Sete Lagoas	Sim 02/06/2020	ATENDIDO
Fundiário Urbano	Ocupação Luiz Gama trecho da linha férrea, Bairro Belvedere	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação Bairro Água Lima	Itabirito	Sim	ATENDIDO Câmara Técnica
Fundiário Urbano	Vila da Conquista	Belo Horizonte	Sim	
Fundiário Urbano	Ocupação do Edifício Aspem	Belo Horizonte	Sim	Agendada para 28/01/2020
Fundiário Urbano	Ocupação Prof. Fábio Alves	Belo Horizonte	Sim Deferida em 17/01/2019	
Fundiário Rural	Ocupação Maria Guerreira	Belo Horizonte - Bairro Copacabana	Sim	
Fundiário Rural envolvendo PCT's	Comunidade Quilombola de Sítio	Bocaiúva	NÃO	Em acompanhamento em conjunto com o CONEPIR

**Proposta a ser trabalhada:** Avaliar a possibilidade de discussão de mais de um caso por reunião plenária agrupando por afinidade. As reuniões preparatórias serão realizadas em separado.

### **3º) Número reduzido de servidores.**

**Proposta a ser trabalhada:** agregar à equipe pelo menos 01 estagiário para auxiliar no trabalho administrativo, elaboração de atas, envio de convites para as reuniões, confirmação de presença, melhoria da gestão dos dados, planilhas - urgente; contratação de 01 técnico para auxiliar no acompanhamento dos casos; contratação de pelo o menos mais 1 mediador de conflitos.

Belo Horizonte, Dezembro de 2021.